

CONSELHO ESCOLAR, INSTRUMENTO DA DEMOCRACIA: DIAGNÓSTICO DA GESTÃO COLEGIADA NO COLÉGIO ESTADUAL DE BRUMADO

Elielson Teixeira¹

Resumo: O presente trabalho relata uma pesquisa em andamento que investiga a atuação do Conselho Escolar do Colégio Estadual de Brumado, tendo como objetivo demonstrar a importância da participação desse órgão colegiado nas decisões participativas da escola e os seus efeitos nos resultados efetivos da aprendizagem dos alunos, e ainda a influência que a gestão democrática da escola pode inspirar na comunidade local para construir o aprendizado do exercício da democracia bem como incentivar e legitimar ações interinstitucionais de desenvolvimento local sustentável. A metodologia é de caráter qualitativo, utilizando como coleta de dados questionários com alunos, professores funcionários pertencentes ao conselho, bem como entrevista semiestrutura. Quanto aos resultados espera-se levantar dados suficientes para compor um conjunto de informações necessárias para uma conclusão, interpretativa, sobre a atuação do órgão colegiado nas decisões da gestão administrativa e financeira da escola, bem como na construção e implementação do projeto político pedagógico do colégio pesquisado.

Palavras chave: Gestão democrática; Aprendizagem; Desenvolvimento local sustentável.

Introdução

O Conselho Escolar, em se cumprindo o seu papel, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento da consciência cidadã e da democracia, a partir do exercício de tomada decisões participativas, envolvendo todos os segmentos ligados à escola, assegurando-lhes o direito a voz com equidade representativa contrapondo a interferência autoritária do estado não só na gestão escolar, mas na vida política e social do cidadão. A escola configura-se em espaço ideal, privilegiado, para esse exercício e necessita precipuamente dessa prática para cumprir plenamente a sua ação educativa para além da transmissão de conteúdos sistêmicos.

O Colégio Estadual de Brumado – CEB, fundado na década de 1960, é a maior instituição de Ensino do Município de Brumado e que atua com a oferta de Ensino Médio, congregando um grande número de professores, uma clientela de mais de dois mil alunos e grande visibilidade na comunidade, foi o espaço escolhido para o desenvolvimento desse

¹Mestrando do Programa de Pós Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), UNEB. Email: elielson.teixeira@gmail.com

trabalho que está investigando a relevância das ações do Conselho Escolar no que se refere à tomada de decisões administrativas e político-pedagógicas daquela instituição, inclusive se há entraves para a sua atuação e se os conselheiros conseguem expressar os anseios dos segmentos que representam. Assim, o objetivo da pesquisa é demonstrar a importância da participação desse órgão colegiado nas decisões participativas da escola e os seus efeitos nos resultados efetivos da aprendizagem dos alunos, e ainda a influência que a gestão democrática da escola pode exercer na comunidade local.

Conselhos Escolares: Democratização da escola pública e a construção da Cidadania

A concepção patrimonialista no Brasil; legado da colonização europeia, que entendia o Estado como pertencente à autoridade; determinou, por séculos, a ideia de conselhos burocráticos constituídos por “notáveis” eruditos com a função de servir aos interesses de governo. Desse modo, “O saber popular não oferecia utilidade à gestão da ‘coisa pública’, uma vez que essa pertencia aos ‘donos do poder’, que se serviam dos ‘donos do saber’ para administrá-la em proveito de ambas as categorias”. (MEC/SEB, 2004, P.16).

A partir da década de 1980, entretanto, de acordo o Caderno Conselhos Escolares: Uma Estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública BRASIL (2004, p.17), os Movimentos populares passaram a reclamar participação na gestão pública, de forma que o desejo de participação comunitária fez parte dos debates da constituinte de 1988, gerando posteriormente a institucionalização dos Conselhos gestores de Políticas Públicas no Brasil, aliando o saber letrado com o saber popular por meio da representação das categorias sociais. Disseminou-se a partir daí os diversos conselhos representativos nos setores da administração pública.

Os Conselhos Escolares, por sua vez, apesar de experiências pontuais anteriores, em algumas redes estaduais e alguns municípios, tomaram a configuração e capilaridade de hoje somente a partir de 1996 com a regulamentação do artigo 206 da Constituição Federal, pela Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, nos artigos 14 e 15, o que representou, pelo menos no aspecto legal, avanço importante na gestão democrática das escolas das redes públicas no Brasil.

A gestão democrática das escolas públicas da Educação Básica no Brasil é um tema que vem sendo fomentado institucionalmente a partir do fim do governo militar, inclusive com formações amplas promovidas pelo Ministério da Educação, mas parece ainda não ser

prática totalmente consolidada e valorizada em todas as instituições de ensino das redes públicas e pouco discutida em estabelecimentos privados, cumprindo, muitas vezes, o papel burocrático de aprovação de contas referentes a execução de recursos públicos, e isso talvez se deva justamente por ser uma política de governo e ainda não tenha sido abraçada devidamente pela comunidade escolar, que precisa compreender que:

O conselho Escolar se constitui na própria expressão da escola, como seu instrumento de tomada de decisão. O Conselho Escolar, similarmente ao Conselho Universitário, representa a própria escola, sendo a expressão e o veículo do poder da cidadania, da comunidade a quem a escola efetivamente pertence. (MEC/SEB, 2004, P.34).

Amparados pelo artigo 14 da LDB, os Conselhos Escolares convertem-se em estratégia fundamental na gestão democrática das escolas e passam a ter em sua composição a representatividade de segmentos da comunidade escolar e local, que se articulam para se constituir em instância deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora, no que lhe compete legalmente, para contribuir com os gestores escolares na escolha de estratégias mais acertadas para alcançar os objetivos basilares da escola, atendendo aos anseios da comunidade. Para tanto, “é fundamental que o conselho congregue em si a síntese do significado social da escola, para que possa constituir-se a voz da pluralidade dos atores sociais a quem a escola pertence” (MEC/SEB, 2004, P.35).

De modo que, num período histórico em que a sociedade está se modificando de forma mais rápida que a escola consegue acompanhar, onde se constata uma reconfiguração do arranjo tradicional de família; que a tecnologia digital proporciona a disponibilidade de fontes de informações cada vez mais diversas, rápidas e acessíveis; que os convencionais valores morais, até há pouco inquestionáveis, agora são contestados e muitos tabus vêm sendo quebrados, a escola, como instituição, é posta à prova, como afirma o professor espanhol Carlos Marcelo:

Estas mudanças não têm só a ver com a própria profissão docente, mas também com “um quadro mais geral de transformações sociais, que tem esbatido os espaços tradicionais de identificação sexual, religiosa, familiar ou laboral” (Bolívar, 2006, p. 25). Transformações essas em que o local e o global, a estabilidade e a mudança, estão a assumir um papel

desestabilizador, quando comparamos com as certezas que as nossas sociedades tinham noutras épocas (Marcelo, 2008).

Outra situação, fruto das desigualdades, é o crescimento da violência, especialmente entre os jovens em idade escolar. Todos esses fatores trazem para a escola um novo e gigantesco desafio, desapegar-se da segurança em que se ancorava tradicionalmente e lançar-se num novo cenário ao qual precisa se adaptar e contribuir para a formação de um aluno que, em meio a todo esse turbilhão de transformações, não se perca da sua identidade e do sentimento de pertencimento, mas que se constitua sujeito da sua própria história.

Tudo isso acrescenta às funções da escola, o debate de questões econômicas, políticas e sociais do espaço onde se insere, se inteirando inclusive do diagnóstico desses locais e dos planos futuros das administrações públicas responsáveis, que podem vir a impactar de algum modo a vida social daquela comunidade. Com a certeza de que

Aquilo que “Estado” e “política” tem em comum é a referência ao fenômeno do poder que pode constituir-se como “produção dos efeitos desejados” considerando que a forma de poder mental, que se exerce através da persuasão e da discussão, presente em todas as sociedades, ocorre na esfera da educação. (BOBBIO, 1987. p. 76).

Assim, cresce a necessidade de a escola escutar a sociedade, compreendê-la, integrar-se a ela, "ler" a sua história, remota e recente, e desenvolver a sua função institucional sem distanciar-se dessa realidade, sendo capaz de contextualizar o currículo prescrito ao real e imprimir significados aos objetos do conhecimento para os estudantes que podem estar confusos por conta de uma compreensível crise de identidade na qual muitos professores também se encontram. Daí a relevância, ainda maior agora, de se discutir a proposta pedagógica da escola numa instância onde a pluralidade seja de fato contemplada.

Escola, Conselhos Escolares, Comunidade: interação possível

É natural e saudável que existam conflitos entre os segmentos que são representados no conselho escolar, afinal todos tem os seus interesses imediatos e nem sempre compreendem ou estão dispostos a compreender os interesses dos demais grupos. No entanto o professor Vitor Paro lembra que:

Com respeito à diversidade de interesses dos grupos em relação no interior da escola, pode-se dizer que, "na escola pública, que atende às camadas populares, tanto diretor quanto professores, demais funcionários, alunos e pais possuem, em última análise, interesses sociais comuns, posto que são todos trabalhadores, no sentido de que estão todos desprovidos das condições objetivas de produção da existência material e social e têm de vender sua força de trabalho ao Estado ou aos detentores dos meios de produção para terem acesso a tais condições" (Paro, 1992, p.42).

Desse modo, o diálogo torna-se ainda mais importante para que percebam essa realidade e que a busca por soluções dos problemas comuns, requer a soma de esforços, de decisões que representam o interesse da coletividade e não só de um grupo, sem ignorar nem minimizar esses conflitos e suas causas, ao contrário, numa gestão democrática de fato, eles devem ser discutidos abertamente para que se chegue a consensos sobre como a educação poderá transformá-los.

Contudo, existe uma preocupação sobre o nível de conhecimento da população local a respeito dos Conselhos Escolares e da qualidade da participação dos seus representantes nas decisões a serem executadas pela gestão escolar. Muitas vezes esses representantes não são preparados para esse exercício e por isso são manipulados pelas relações de poder existentes no interior desses Conselhos, legitimando decisões que, nem sempre expressam o desejo do seu segmento e ocorre que,

[...] representantes dos segmentos dos pais que têm menos recursos argumentativos, pouca escolarização e ocupações de menos prestígio social, sua posição é de legitimação do poder, exercido por outros segmentos. Da mesma maneira, pode ser explicada a inclusão de funcionários e alunos nos Conselhos, e sua passividade e ausência na dinâmica das reuniões. (WERLE, 2003, P.79)

Quanto a isso, cabe à escola, especialmente aos gestores, promover a devida orientação desses conselheiros para que percebam a importância do que eles têm a dizer e faça a devida mediação para que todos compreendam a relevância de se manifestarem e transmitirem fielmente o que sua categoria/segmento pensa acerca dos problemas que a escola enfrenta.

Acrescenta-se, porém, que, para além desses aspectos, que se referem à qualidade da participação dos conselheiros, especialmente dos que representam os segmentos alunos, pais e comunidade externa, outro enfoque deve fazer parte das atribuições da atuação do colegiado, que é a valorização dos saberes populares e a sua cultura que constituem a identidade local. Saberes esses que os alunos trazem da convivência do seio da família e da comunidade, pois,

Eles chegam à escola com a educação vivenciada na família e na comunidade. O seu saber e patrimônio cultural não podem ser desrespeitados, nem devem ser apenas o ponto de partida para a educação escolar. Seu saber e patrimônio cultural devem fazer parte do processo da formação escolar.

Nesse processo, o Conselho Escolar pode dar uma importante contribuição ao cumprir sua função de instância de democratização da educação e de construção da cidadania. (MEC/SEB, 2004, Cad.3, P.10)

A contribuição da soma de cada um desses diferentes saberes vai compor um entrelaçamento, uma tessitura, que enriquece o currículo, para contextualizá-lo, humanizá-lo e dar-lhe significado e identidade a essa escola.

A responsabilidade do diretor nessa valorização do conselho da escola é importante, pois sua postura pode anular veladamente as ações do que seria uma instância de decisão e transformá-lo num grupo descaracterizado que se reúne, ou às vezes nem se reúne, para legitimar o que o diretor já decidiu.

Infelizmente ainda prevalecem gestões escolares que não abrem mão do poder absoluto e que, somente quando os problemas são de difíceis soluções e as providências a serem tomadas são impopulares, o gestor busca, covardemente, transferir para o conselho a autoria da deliberação, numa clara demonstração de fraqueza, com a justificativa: “não fui eu, é decisão do colegiado”.

Pelo exposto, percebe-se a necessidade de que, até que o conselho conquiste autonomia e tome consciência da sua importância, o diretor da escola pode vir a ser responsabilizado pela atuação do conselho na escola. É fato que, em alguns casos ainda existe uma resistência dos gestores das escolas em dividir sua autoridade com os conselhos, mantendo uma gestão autocrática. Esse temor, compreensível, considerando os resquícios da tradição herdada do imperialismo histórico na administração pública brasileira, é responsável por atitudes, aparentemente desprovidas de intencionalidade, mas que resultam na inibição da atuação colegiada e que é usada por esses gestores para justificar o pequeno interesse da

comunidade pelos problemas da escola e, assim, continuar validando suas decisões unilaterais, quando na verdade os conselheiros teriam sido, propositadamente, desestimulados a se envolverem, pelo autoritarismo da gestão.

Sobre a autoridade que os diretores julgam perder é bom ressaltar que:

A esse respeito, ganha destaque o papel reservado ao diretor, como autoridade máxima na instituição escolar. Na teia de relações e normas que se estabelecem para o exercício de suas atribuições e competências, não deixa de ser das mais importantes a maneira como esse profissional é investido de suas funções na chefia da escola” (PARO, 2003, p. 07).

Os Conselhos Escolares e a construção da cidadania e igualdade social

Quando se fala em desenvolvimento local num contexto como esse, que envolve educação e democracia, naturalmente nos remete a ideia de desenvolvimento sustentável e que reduza as desigualdades. Mas, qual seria o conceito desse desenvolvimento? É evidente que não estamos falando da implantação de grandes fábricas, ou empreendimentos semelhantes numa área da comunidade, para a geração imediata de centenas de empregos; tão pouco se trata de um conceito de sobrevivência baseado na relação de dependência pelo extrativismo dos recursos naturais, se opondo radicalmente a tudo que sinaliza capitalismo e globalização.

Temos que discutir o desenvolvimento local sustentável numa perspectiva em que o desenvolvimento econômico contemple a justiça social, construída no embate político da sustentabilidade democrática participativa, da “partição da riqueza social e na distribuição do controle sobre os recursos, inclusive os provenientes da natureza” como indica o relatório da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O Brasil tem uma peculiaridade importante, pois é um país com uma dimensão geográfica continental, com condições climáticas bem distintas, algumas muito desfavoráveis; tem regiões com diferentes oportunidades de desenvolvimento; teve uma constituição bastante miscigena do seu povo e, como colônia europeia, foi explorado, predatoriamente, por séculos. Além disso, teve, ao longo da sua história, algumas composições nada democráticas nas suas formas de governo, incluindo monarquia e décadas de ditadura, sendo que, só relativamente recente é que o país passou a experimentar a democracia, que ainda sofre fragilidades. Todos esses elementos somaram-se para propiciar a composição de uma sociedade com abismos de

desigualdades econômicas e culturais, de modo que o Brasil, não por caso, é considerado um dos países mais desiguais do mundo.

O pior em tudo isso é que, boa parte da população brasileira, com baixa escolaridade e precárias condições econômicas, por vezes acomoda-se numa postura resignada e alienada diante das imposições de governos e dos donos do capital, aceitando tudo muito naturalmente como se fosse “assim mesmo”, “a vontade de Deus”. O que é indicativo dos resquícios de uma sociedade

Marcada pelo liberalismo, que vinha do exterior, e pelo “favor” de uma sociedade paternalista, socialmente fundada nas relações de parentesco e compadrio, a formação ideológica brasileira se via em apuros quando confrontada com a escravidão, nexos da formação econômico-social brasileira praticamente durante todo século XIX. A ideologia do favor e o clientelismo, não são questões menos vivas, seja na sua contemporaneidade, seja nas relações com o tradicionalismo e o pensamento conservador. Somos uma sociedade ainda assentada na violência, já não mais na escravidão, mas na brutal exploração da força do trabalho sob a forma de mais-valia absoluta. (CERQUEIRA, 1988, 43-44)

Entretanto, aos poucos, as mobilizações associativas vêm conquistando espaços e a democracia dando sinais de amadurecimento. Para esses pequenos, mas gradativos avanços evolutivos nos processos participativos nas políticas públicas, as escolas tiveram certa influência, porém suas ações são consideradas ainda muito tímidas, pois poderiam, através da gestão participativa, exercer um protagonismo bem maior nessa formação do cidadão mais crítico e inteirado dos seus direitos, um cidadão que,

(...) não apenas sabe escolher bem os governantes, mas assume sua condição de sujeito, exercendo seu papel dirigente na definição do seu destino, dos destinos de sua educação e da sociedade. Nessa perspectiva, ser cidadão, como dizia Paulo Freire, é o ser político, capaz de questionar, criticar, reivindicar, participar, ser militante e engajado, contribuindo para a transformação de uma ordem social injusta e excludente. (MEC/SEB, 2004, Cad. 1, P.16).

Vale frisar que as conquistas nesse sentido não ocorrerão por dádivas do poder constituído, elas serão resultantes de ações locais, que se consolidam através da manifestação do cidadão, letrado ou não, em transformações maiores, pois o certo é que,

(...) parece haver pouca probabilidade de o Estado empregar esforços significativos no sentido da democratização do saber, sem que a isso seja compelido pela sociedade civil. No âmbito da unidade escolar, esta constatação aponta para a necessidade de a comunidade participar efetivamente da gestão da escola de modo a que esta ganhe autonomia em relação aos interesses dominantes representados pelo Estado. (PARO, 1996, P. 2)

A escola, com as prerrogativas que lhe são conferidas, como instituição de ensino, apoiada por um conselho atuante e representativo, pode interferir no desenvolvimento local, em primeiro lugar, ajudando a consolidar uma consciência crítica em seus alunos e forjando cidadãos que se assumem sujeitos da sua história, mas que a escola também se envolva em ações diretas voltadas para o bem-estar da comunidade local.

As escolas, além do seu papel institucional de construção dos processos que assegurem o ensino aprendizagem dos conhecimentos científicos que levam à construção das competências gerais as quais os seus alunos tem direito; além da sua obrigação ética e moral de posicionar-se frente aos problemas sociais e políticos num contexto mais amplo; também podem e devem fomentar discussões e envolvimento em projetos locais de fortalecimento da identidade individual e coletiva de pertencimento; de posicionamento de cunho democrático sustentável de “agir localmente pensando globalmente” e promover ações culturais, ambientais e empreendedoras importantíssimas para a comunidade onde estão inseridas. Nesse exercício local de transformações, a escola vai articular-se com o seu Conselho Escolar para a proposição e legitimação dessas iniciativas. Pode se viabilizar também, a realização de eventos e atividades práticas mais imediatas tais como:

- Desenvolvimento de projetos ligados à formação profissional, através de parcerias com empresas, ONGs, associações e outras entidades e instituições, existentes no entorno da escola, para oferta de cursos que promovam a melhoria de vida das pessoas na comunidade e sua aproximação da escola;
- Desenvolvimento de projetos de educação ambiental (EA), relacionando com questões de saúde; sensibilizando a comunidade, incentivando a preservação de recursos naturais; evitar desperdícios; viabilizar a recuperação de praças e espaços públicos; realizar mutirões de replantio de árvores, etc.;
- Estabelecer parcerias institucionais, para reforços escolares que possam ser desenvolvidos no contraturno;
- Promover pesquisas e estudo da realidade em que a escola está inserida para

adequações curriculares necessárias;

- Buscar a aproximação com instituições de ensino superior visando propostas de formação continuada de professores, estágios, etc.;
- Revisar o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola, integrando os saberes e a cultura popular ao currículo, criando uma identidade e empatia com a comunidade;
- Estabelecer parcerias para o uso dos espaços escolares para a realização de oficinas e minicursos para a geração de renda na comunidade;
- Planejar e realizar eventos de motivação dos alunos e professores nos espaços da escola;
- Desenvolver projetos culturais/artísticos relacionado com a produção de renda;
- Articular-se com a secretaria de educação e demais secretarias do município; com ministério público e conselho tutelar para evitar a evasão e problemas disciplinares graves na escola;
- Desenvolver atividades extracurriculares nos espaços públicos do bairro ou em outros espaços possíveis.
- Promover exposição de fotos do cotidiano da comunidade e de fatos e paisagens interessantes visando chamar a atenção elementos muitas vezes despercebidos, mas que tem relevância e requer atenção;
- Convidar empreendedores do bairro para entrevistas em eventos da escola, etc.

Salientamos que essas são algumas das atividades que a escola pode desenvolver como forma direta de intervenção na comunidade local, devidamente articuladas e negociadas pela representatividade do conselho.

É prudente, porém, ratificar que a finalidade primaz da escola é a aprendizagem dos estudantes e não pode aceitar ser substituída nem subordinada a projetos econômicos. Entretanto, ao cumprir seu papel social, a escola contribui para a formação cidadã na sua completude, em que o comprometimento social não se separa da formação científica.

Atuação dos Conselhos para a aprendizagem na Escola

É preciso que os Conselhos Escolares discutam sua atuação para o atingimento do objetivo fim da escola que é o Ensino-aprendizagem. De modo que um órgão colegiado realmente ativo numa instituição escolar terá como responsabilidade *sine qua non*, o acompanhamento da prática educativa global desenvolvida nesse espaço, considerando, dentre

outros valores, o respeito as diferenças; a contextualização do currículo; avaliação formativa; o desenvolvimento da capacidade crítica; a interação e a co-responsabilidade cidadã para uma educação emancipadora, com a busca constante pela transparência das ações da escola, incluindo o planejamento e execução financeira dos recursos recebidos e,

Dessa forma, a função político-pedagógica do Conselho Escolar se expressa no “olhar” comprometido que desenvolve durante todo o processo educacional, tendo como foco privilegiado a aprendizagem, qual seja: no planejamento, na implementação e na avaliação das ações da escola. (MEC/SEB, 2004, Cad.2, P.18)

O Conselho escolar e o zelo pelo tempo pedagógico

No Brasil começa a ser discutida a possibilidade de ampliação da carga horária escolar na educação básica como uma das estratégias que poderia melhorar a qualidade da nossa Educação Básica. É evidente que se trata de uma ação válida, somando-se a outras providências como organizar calendários escolares que atendam as peculiaridades locais, de modo a garantir o cumprimento dos dias letivos. Entretanto, o aproveitamento do tempo pedagógico não se limita a quantidade de horas em que o estudante permanece na escola num determinado período letivo, mas na construção de um espaço favorável a aprendizagem e de formação cidadã e na qualidade do uso desse tempo, com atividades devidamente integradas a um currículo contextualizado, vivo e que seja resultado de um projeto político pedagógico de construção coletiva, que valorize os anseios e as vozes da comunidade da qual faz parte. Nesse sentido,

O Projeto Político-Pedagógico constitui o norte orientador das atividades curriculares e da organização da escola e se expressa nas práticas cotidianas, traduzindo os compromissos institucionais relativos ao direito, consagrado nas leis brasileiras e garantido a todos, sem distinção de qualquer natureza, de acesso à educação escolar pública, gratuita e de qualidade referenciada pelo social. (MEC/SEB, 2004, Cad.3, P.14)

Pensando desse modo, um Conselho autônomo e ativo, pode respaldar a construção de um projeto pedagógico que valide práticas pedagógicas além do espaço da sala de aula, compondo o currículo escolar que zela pelo tempo de aprendizagem do aluno, desde que assumindo um papel também fiscalizador, das responsabilidades imputadas aos gestores e professores dessa escola, possibilitando; inclusive nos casos de impossibilidade de frequência

regular do aluno ao espaço escolar, por motivos sociais, climáticos, dentre outros, que seja assegurado o tempo pedagógico com qualidade suficiente para a garantia do direito de aprender de todos os alunos.

Metodologia

A abordagem metodológica dessa pesquisa tem sido caráter qualitativo, considerando-se que, de acordo com CRESWELL (2010, p.206) “a investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; métodos de coleta, análise e interpretação de dados”.

Desse modo, tem-se dado preferência aos procedimentos comparativos, com técnicas de observação direta extensiva. Para tanto, estão sendo utilizados questionários impressos e online, formulários como *google docs*. Também se prever a participação desse pesquisador em reuniões do Conselho, além de roda de conversa com conselheiros e gestores para medidas de opinião. Na continuação da pesquisa, a intenção é aplicar questionários e realizar entrevistas com questões semelhantes para buscar interpretar a diferença entre as respostas dadas com e sem a presença do pesquisador, o que, segundo Denzin (2005) caracteriza a triangulação de dados, ao coletar os dados em momentos, locais ou pessoas diferentes, tendo como sujeitos, os membros do Conselho Escolar daquela Instituição e, para efeito de confrontação das respostas obtidas, também haverá distribuição, por amostragem, de questionários para alunos, funcionários e professores não pertencentes ao conselho.

Considerações Finais

Como resultados, espera-se levantar dados suficientes para compor um conjunto de informações necessárias para uma conclusão, interpretativa, sobre a atuação do órgão colegiado nas decisões da gestão administrativa e financeira da escola, bem como na construção e implementação do projeto político pedagógico do colégio pesquisado. Essas conclusões deverão indicar elementos para um possível plano de intervenção promovendo uma formação continuada para os conselheiros da instituição pesquisada.

Referências

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Bookman; Artmed, 2009.

BAHIA. **Gestão Escolar democrática**: colegiado e grêmio na prática pedagógica

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9;394/96. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em 18 de dez. 2018

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2000.

CORDOVA, Rogério de A. **Educação brasileira**: Processos e trabalho. Brasília: PIE/UnB/FE, 2003. Módulo V, v. 1.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes. – 3 ed. – Porto Alegre : Artmed, 2010.296 p.

CURY, Carlos R. Jamil. Os Conselhos de Educação e a Gestão dos Sistemas. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. (Orgs.) **Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

GUARINELLO, Norberto L. Cidades-Estado na Antiguidade Clássica in: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgns). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MEC/SEB. Programa Nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares (Cadernos de 1 a 10)

PADUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa**: abordagem teórico prática – 17ª ed. – Campinas, SP : Papirus, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da Escola Pública**. São Paulo: Xamã Editora, 1996

_____. **Gestão democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 1997

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**, 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica**. Campinas, SP : Autores Associados, 1997

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Conselhos escolares: implicações na gestão da escola básica**. DP& A, RJ, 2003.